

Bolsa sobe após IPCA-15 abaixo do esperado e tem 5ª alta seguida

A Bolsa de Valores brasileira operou em alta firme ao longo de toda a sessão na sexta-feira (23), encerrando o dia com ganhos de quase 2%, o que representou o quinto pregão seguido no campo positivo.

O índice de ações Ibovespa fechou com alta de 1,99%, aos 109.697 pontos, com alta acumulada de 6,6% na semana e de 4,6% no ano.

Dados de inflação referentes ao IPCA-15 abaixo das expectativas contribuíram para o movimento.

O IBGE informou que a inflação medida pelo índice subiu 0,52% em dezembro, encerrando 2022 com avanço acumulado de 5,90%. Analistas esperavam uma alta de

0,54% no mês e de 5,93% no ano.

Uma inflação menor do que a prevista contribuiu para a queda nas taxas dos títulos no mercado de juros futuros, pela percepção dos agentes financeiros de que o BC poderá iniciar uma redução da taxa Selic diante de uma pressão inflacionária declinante.

O título de juros futuros com vencimento em 2024 recuou de 13,66% no fechamento anterior para 13,46%, enquanto o contrato para 2026 cedia de 12,99% para 12,85%.

A queda dos juros, por sua vez, contribuiu para a alta destacada na sexta das ações das empresas de consumo e varejo, que foram as que mais sofreram nas últimas semanas, quando as discussões em

Brasília acerca da política fiscal a partir de 2023 levaram a uma forte abertura das taxas.

Entre as maiores altas do dia, as ações das Lojas Renner avançaram 5,9%, as da Arezzo avançaram 5% e as da Alpargatas, 4,9%.

No câmbio, o dólar à vista acompanhou o dia de redução da aversão ao risco entre os investidores e recuou 0,36%, a R\$ 5,166 na venda, com queda semanal de 2,4% e de 7,5% no ano.

Na véspera, a moeda americana já havia fechado em baixa de 0,36%, com o mercado digerindo a tramitação da PEC da Gastança em Brasília, aprovada na noite de quarta-feira (21) em uma versão desidratada no Senado.

Lucas Bombana/Folhapress



Economia



52% dos brasileiros querem trabalho remoto ou híbrido; 45% preferem presencial, diz Datafolha

Página - 03

Consórcios cobram quase R\$ 1 bi para gerir dinheiro "esquecido" por cotistas

Página - 03



Brasil precisa de uma política industrial

Página - 05



Indústria está em boas mãos, diz CNI

Página - 05



Política

Em aceno a União e Lira, Lula oferece Integração Nacional a relator da PEC

Página - 04

Escolhas de Haddad para compor governo dividem especialistas

Página - 04

No Mundo

China estima 37 milhões de novos casos de Covid por dia e confisca medicamentos



A China se prepara para um pico nas infecções de Covid-19 dentro de uma semana, disse uma autoridade de saúde do país nesta sexta-feira (23). Diante desde prospecto, o governo, mesmo minimizando a gravidade da doença e continuando a não reportar novas mortes, prevê uma pressão extra no sistema de saúde.

Nesta quinta (22), a China relatou menos de 4.000 novos casos sintomáticos de Covid em todo o país, e nenhuma nova morte pelo terceiro dia consecutivo. As autoridades restringiram os critérios de registros de óbitos por Covid nesta semana, geran-

do críticas de especialistas. Contudo, é provável que as infecções na China sejam de mais de um milhão por dia, com mais de 5.000 mortes por dia, em “contraste absoluto” com os dados oficiais, disse esta semana a empresa britânica de dados de saúde Airfinity.

A Bloomberg News, citando um relatório do governo, reportou que quase 37 milhões de pessoas podem ter se infectado com o coronavírus em um único dia esta semana.

Ao todo, o relatório publicado nesta sexta-feira disse que cerca de 18% da população do país – 248 milhões de pessoas – provavelmente contraiu o vírus nos primei-

ros 20 dias de dezembro.

A China desmantelou há poucas semanas sua política de Covid zero, diante de uma série de protestos generalizados contra a linha dura do governo no controle da pandemia. Como resultado, está vivendo uma explosão de casos, tornando-se o último grande país a passar a conviver com o vírus.

As rigorosas medidas de contenção do coronavírus, instauradas no início da pandemia, desaceleraram a economia de US\$ 17 trilhões para sua taxa de crescimento mais baixa em quase meio século, bloqueando as cadeias de suprimentos e o comércio globais.

Folhapress

Brasileiros são um em cada 10 advogados em Portugal

Atraídos por um acordo de reciprocidade entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e sua homóloga lusitana, advogados brasileiros optam cada vez mais por cruzar o Atlântico para o exercício profissional. Atualmente, mais de 9,3% dos advogados registrados em Portugal são brasileiros.

Dados fornecidos à Folha pela Ordem dos Advogados Portugueses mostram que, dos cerca de 34 mil profissionais inscritos na instituição, 3.173 são brasileiros. Desses, quase 60% estão concentrados na região de Lisboa.

As cifras representam um aumento de quase 482% em relação aos 536 brasileiros

que estavam inscritos na entidade portuguesa em 2017, ano em que a imigração do Brasil voltou a crescer em Portugal.

Além do acordo de reciprocidade para o exercício profissional e da facilidade com o idioma, Portugal também atrai brasileiros com uma ampla oferta de pós-graduações no direito, incluindo mestrados e doutorados. Em muitos casos, alunos acabam optando por permanecer no país após o fim dos estudos.

É o caso da advogada carioca Raphaela Souza, que chegou ao país para um mestrado na Universidade de Lisboa em 2016. Mesmo antes da conclusão, ela sabia que queria permanecer advogando em Portugal.

Giuliana Miranda/Folhapress



Tempestade deixa 200 mi de pessoas em alerta nos EUA às vésperas do Natal



A tempestade de inverno Elliott derrubou as temperaturas nos Estados Unidos, trouxe forte nevasca e agora afeta voos e estradas às vésperas do Natal, um dos períodos de viagem mais movimentados do ano.

O Serviço Nacional de Meteorologia descreveu a tempestade como um “evento único de uma geração”. Em Colorado e Wyoming, no oeste dos Estados Unidos, o termômetro atingiu -40°C.

Até quinta-feira (22), 200 milhões de pessoas, cerca de 60% da população dos EUA, estavam sob alerta de vento frio, nevasca e outros avisos climáticos de inverno.

Para o fim de semana de Natal, a previsão é de que a

tempestade se transforme em um “ciclone bomba”, causando neve pesada e “ventos frios com risco de vida” para milhões.

Espera-se que um frio paralisante intensificado por ventos fortes se estenda até a fronteira dos Estados Unidos com o México. O Serviço Nacional de Meteorologia colocou em alerta 37 estados americanos.

No início da manhã desta sexta-feira (23), mais de 1.250 voos programadas foram cancelados. Ontem, foram mais de 5 mil voos cancelados e 24 mil adiados.

A maioria dos cancelamentos ocorreu nos aeroportos internacionais de Chicago O'Hare ou Denver. Há também problemas em aero-

portos da costa leste, como o LaGuardia, de Nova York.

Autoridades também alertam sobre o perigo nas estradas e a combinação de neve e ventos fortes. Há relatos de acidentes em todo o país.

O meteorologista do Serviço Meteorológico Nacional, Michael Charnick, publicou um vídeo no Twitter em que mostra motoristas lutando contra o mau tempo em uma estrada entre Colorado e Wyoming.

Em Dakota do Sul, os fortes ventos deixaram cerca de 100 motoristas ilhados nas cidades de Rapid City e Wall, informou o escritório do xerife do condado de Pennington, que aconselhou as pessoas a não pegarem a estrada.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



52% dos brasileiros querem trabalho remoto ou híbrido; 45% preferem presencial, diz Datafolha



Se pudessem optar por uma forma de trabalho, 24% dos brasileiros escolheriam o modelo remoto, trabalhando em casa. Outros 28% preferem o sistema híbrido, trabalhando tanto em casa quanto na empresa. É o que mostra a pesquisa Datafolha realizada nos dias 19 e 20 de dezembro.

Os dois grupos que optam pelas formas de trabalho que se destacaram desde o início da pandemia representam 52% dos entrevistados. Há ainda 45% que defendem a jornada somente presencial, e 3% que não opinaram.

A opção pelo home office é maior entre mulheres (28%) do que entre homens (21%). Também aumenta de acordo com a idade, começando em 15% dos entrevistados na fai-

xa de 16 a 24 anos até chegar a 36% entre aqueles com mais de 60 anos. A adesão entre trabalhadores com ensino fundamental (32%) é o dobro da registrada no grupo com ensino superior (16%).

O híbrido encontra praticamente o mesmo apoio no público feminino (28%) e masculino (27%). Nesse caso, a preferência é maior entre os mais jovens (44%) e cai gradativamente conforme aumenta a idade —está em 12% entre aqueles com mais de 60 anos. Também é maior entre trabalhadores com ensino superior (43%) do que no grupo com o fundamental (12%).

A escolha pelo somente presencial é maior entre homens (48%) do que entre mulheres (41%). Por idade, o número fica próximo de 40%

nas faixas de 16 a 34 anos, sobe para 49% de 35 a 59, e cai para 41% naqueles acima dos 60 anos. A adesão entre trabalhadores com ensino fundamental (50%) é maior do que no grupo com ensino superior (40%).

No recorte por ocupação, a escolha pelo somente remoto é baixa entre empresários (11%), desempregados e funcionários públicos (ambos com 13%). Essa opção tem mais adesão de donas de casa (45%) e aposentados (39%).

Os grupos que manifestam mais preferência pelo presencial são empresários e assalariados sem registro (ambos com 47%), assalariados com registro (50%), funcionários públicos (52%) e desempregados (59%).

Eduardo Cucolo/Folhapress

Consórcios cobram quase R\$ 1 bi para gerir dinheiro “esquecido” por cotistas



O dinheiro que está parado em grupos de consórcio já encerrados, conhecido como Recursos não Procurados (RNP), gerou quase R\$ 1 bilhão em taxas cobradas pelas empresas do setor para administrar esses recursos.

Segundo dados do Panorama do sistema de consórcios 2021, elaborado pelo Banco Central, eram R\$ 2,16 bilhões deixados por cotistas em grupos de consórcio que já foram encerrados, saldo 9% menor que o apurado no final de 2020.

Segundo o próprio BC, esse recuo foi causado principalmente pelo aumento de 14,6% nas taxas de permanência, que são cobradas pelas administradoras para cui-

Banco Mundial e BB criam balcão único para crédito de carbono

O Banco Mundial e o Banco do Brasil (BB) criarão um balcão único para financiamentos vinculados a ações de sustentabilidade e ao mercado de crédito de carbono. O projeto foi aprovado sexta (23), em Washington, pelo Conselho de Administração do Banco Mundial.

Pela primeira vez, as duas instituições financeiras emprestarão recursos vinculados a projetos de sustentabilidade que ajudem o Brasil a atingir as metas climáticas, com benefícios robustos para quem reduzir emissões de carbono. Segundo o BB, a expectativa é compensar em até 90 milhões de toneladas as emissões de gás carbônico até 2030, o equivalente a cerca de 4,5% do que o Brasil precisa para cumprir os compromissos de zerar as emissões naquele ano.

Orçado em US\$ 500 mi-

lhões, o Projeto de Financiamento Climático do Brasil está distribuído da seguinte forma. O Banco Mundial emprestará US\$ 400 milhões para o Banco do Brasil conceder empréstimos vinculados à sustentabilidade para empresas que querem reduzir as emissões de carbono. O projeto também inclui um Fundo de Dívida Climática piloto de US\$ 98 milhões, que deve alavancar o capital privado para expandir o financiamento vinculado à sustentabilidade na economia em geral.

Esses instrumentos de financiamento são complementados por US\$ 2 milhões em recursos para aumentar a capacidade de o Banco do Brasil fornecer assistência técnica para que empresas adotem planos de mitigação confiáveis e tenham acesso a mercados de crédito de carbono de alta qualidade.

Wellton Máximo/ABR



dar desse dinheiro deixado pelos consorciados.

Segundo a Abac (Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios), quando um grupo de consórcio chega ao fim, é possível que alguns recursos sobrem no fundo comum, como crédito de participantes contemplados e não contemplados, valores de membros excluídos que não foram resgatados e até mesmo sobras de fundos de reserva, por exemplo.

A partir daí, as empresas têm 60 dias para comunicar a existência desses recursos aos consorciados ativos e excluídos, que têm 30 dias para pedir o resgate. Depois desse período, o consórcio passa a administrar o dinheiro não reclamado. Segundo a Abac,

fica a critério da administradora cobrar uma taxa mensal sobre os valores não resgatados, de acordo com o que consta no contrato.

Mercado em crescimento O relatório do BC mostra que as administradoras venceram 3,41 milhões de novas cotas em 2021, chegando a um saldo de quase 8,5 milhões de cotas ativas ao final do ano passado. Foram 1,34 milhão de cotas contempladas no período.

Foram R\$ 70,9 bilhões arrecadados pelas empresas no ano, uma alta de 20,8% em relação a 2020. O volume de contribuições a receber chegou a R\$ 323,2 bilhões, aumento de 27,2% em um ano. A carteira dos consórcios subiu 22,8%, atingindo R\$ 75,8 bilhões.

Renato Carvalho/Folhapress

Política

Em aceno a União e Lira, Lula oferece Integração Nacional a relator da PEC



O presidente eleito Lula da Silva (PT) ofereceu o Ministério da Integração Nacional aos parlamentares da União Brasil.

De acordo com as negociações, o cargo ficaria com o deputado Elmar Nascimento (BA), que foi relator da PEC que abriu espaço no Orçamento de 2023 para o novo governo.

Se confirmada, a nomeação manteria sob o controle de Elmar um dos postos mais cobiçados pelo centrão, a Codvasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). O órgão, que já é presidido por um indicado do deputado, ficaria vinculado ao Ministério da Integração.

A oferta foi feita em reu-

nião na tarde de quinta (22) em Brasília. Lula recebeu Elmar, que é líder da União Brasil na Câmara, e o senador Davi Alcolumbre (União-AP).

O PT tem resistências ao nome de Elmar, mas participantes das negociações consideram sua ida para o ministério praticamente certa. Ela faria parte de uma compensação pela aprovação da PEC, além de refletir a boa relação do deputado baiano com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

As articulações não foram finalizadas porque dirigentes da União Brasil não decidiram se vão entrar de cabeça na gestão de Lula. Ainda que parlamentares tenham interesse na ocupação de ministérios, outros deputados e senadores têm dife-

renças com o governo eleito.

No encontro, Lula também sinalizou que os senadores do partido poderiam ocupar um ministério.

De acordo com integrantes da legenda, Alcolumbre apontou a preferência pelo Ministério das Cidades, mas a pasta já foi oferecida ao MDB –que deve escolher um nome avalizado por sua bancada de deputados. Uma possibilidade que ganhou força é a indicação de Jader Barbalho Filho, presidente do partido no Pará.

Lula teria sugerido a Alcolumbre, então, os ministérios da Previdência, das Comunicações ou do Turismo. O senador amapaense não demonstrou interesse por nenhuma das três pastas, segundo relatos. Bruno Boghossian/Folhapress

Tarcísio anuncia secretário que assinou carta contra sua eleição

O governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) nomeou na sexta-feira (23) o engenheiro Vahan Agopyan, ex-reitor da USP, como secretário de Ciência Tecnologia e Inovação do estado. Agopyan foi um dos acadêmicos que assinou um manifesto contra a eleição de Tarcísio em outubro, “em defesa da ciência, da cultura e da universidade pública”.

Sem filiação partidária, o ex-reitor afirmou à Folha de S.Paulo que o futuro governador sabe que ele não o apoiou no último pleito e que não houve mal estar no convite. “Assinei a carta, mas me mantive neutro na eleição. Fiquei impressionado com o convite porque ele não quis apenas apoiadores”, diz.

O documento de outubro

foi articulado pela antropóloga Lilia Schwarcz e pelo ex-reitor da Unicamp Marcelo Knobel e não cita diretamente Tarcísio ou Jair Bolsonaro (PL), mas diz que Lula e Fernando Haddad são “a única garantia de um novo Brasil, menos polarizado, mais cidadão e democrático”.

O futuro secretário também já se posicionou contrário ao movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater uma suposta doutrinação de esquerda nas escolas brasileiras.

Agopyan é mestre em engenharia urbana e construções civis pela USP (Universidade de São Paulo) e doutor em engenharia civil King’s College, de Londres. Hoje, estuda sustentabilidade da construção civil e inovação.

Folhapress



Escolhas de Haddad para compor governo dividem especialistas



O anúncio feito na quinta-feira (22) pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), a respeito dos novos integrantes da sua equipe técnica dividiu especialistas. Para alguns, a nomeação de Rogério Ceron (Tesouro Nacional), Robinson Barreirinhas (Receita Federal), Guilherme Mello (Política Econômica) e Marcos Barbosa Pinto (Reformas) parece um repeteco do governo Dilma Rousseff (PT), de viés desenvolvimentista, o que causa calafrios ao mercado financeiro.

Para outros, no entanto, os nomes anunciados por Haddad até agora –que incluem Bernard Appy como secretário especial para a reforma tributária e Gabriel Galípulo

como secretário-executivo– têm qualificação suficiente para garantir uma boa interlocução com o mercado financeiro. Além disso, por serem jovens em sua maioria, podem propor novas soluções no setor público.

“A política econômica alinhada aos anseios do mercado financeiro, adotada nos últimos dois governos [Michel Temer e Jair Bolsonaro], se mostrou um fracasso para as políticas públicas”, diz André Biancarelli, diretor do Instituto de Economia da Unicamp.

Segundo ele, a ausência do estado em áreas fundamentais, como educação e saúde, vai continuar repercutindo por muito tempo na economia.

O anúncio de nomes como o de Guilherme Mello vem contrabalançar esta vi-

são e se mostra em sintonia com o que propõe o novo governo, afirma. Mello é coordenador do programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico da Unicamp, foi responsável pelo plano de governo de Lula da Silva (PT) na campanha eleitoral e, segundo Haddad, teve papel decisivo na definição dos subsídios técnicos que nortearam a negociação da PEC da Gastação.

“É uma pessoa aberta a opiniões diferentes e a negociar”, diz Biancarelli. Segundo ele, o novo secretariado de Haddad, de maneira geral, mostra-se aberto ao diálogo e a escolhas sensatas, que privilegiem o coletivo, ao contrário do governo anterior, que adotou uma postura “sectária”.

Danielle Brant/Folhapress

Brasil precisa de uma política industrial



O desenvolvimento da indústria é imprescindível para o Brasil crescer de forma sustentada. Também é fundamental para o país enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela transformação digital e pela desorganização das cadeias globais de suprimentos, que foram severamente afetadas pela pandemia da covid-19 e pela guerra na Ucrânia.

Por isso, precisamos adotar, com urgência, uma política industrial moderna, que reverta o acelerado processo de desindustrialização ocorrido no país nas últimas décadas.

Nos últimos anos, a indústria, sufocada por uma série de disfunções, vem perdendo força. A participa-

ção do setor no PIB, que era de 48% em 1985, caiu para 23,6% em 2022. Embora ainda seja responsável por cerca de um quinto do PIB, a indústria recolhe 32,9% dos impostos federais, ou seja, um terço do total.

Além disso, é responsável por 71,8% das exportações e por 68,6% dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento. É a indústria, também, que produz os principais insumos e equipamentos que tornam os demais setores da economia mais produtivos e competitivos.

Com enorme potencial para gerar riquezas e inovações, a atividade industrial está no centro das novas estratégias implementadas pelas nações mais avançadas para retomar o crescimento

econômico. Atualmente, 84 países que representam mais de 90% do PIB mundial têm políticas ativas de apoio às suas respectivas indústrias.

Estima-se que Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul, Alemanha e outras nações da União Europeia investirão cerca de US\$ 5 trilhões no nesse campo, nos próximos anos.

Com o objetivo de contribuir para que o Brasil também entre nessa rota, a CNI apresentou ao governo eleito o Plano de Retomada da Indústria, que contém propostas com vistas a estimular a produção e ajudar as milhares de empresas instaladas no país a enfrentar, em igualdade de condições, a acirrada concorrência externa.

CNI

Indústria está em boas mãos, diz CNI

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, disse que a indústria estará em boas mãos sob o comando do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), anunciado nesta quinta-feira (22) pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

A recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sinaliza “para uma condução firme e engajada da pasta pelo fortalecimento do setor produtivo industrial”, disse o presidente da entidade.

Em nota, Andrade disse considerar que o vice-presidente conhece as prioridades da agenda de desenvolvimento do país e da indústria e sabe o que precisa ser feito para reverter a desindustrialização.

“O futuro ministro é um político hábil, com a experi-

ência de ter governado o estado mais industrializado do país e conhecimento do que é necessário para o desenvolvimento e o fortalecimento da indústria”, afirmou o presidente da CNI.

Como mostrou a coluna Painel S.A., da Folha de S.Paulo, executivos do setor industrial consideravam que Lula precisaria recorrer a um nome simbólico para a pasta.

Na avaliação desses empresários, ao anunciar antes o comando do BNDES, que será presidido por Aloizio Mercadante, o presidente eleito teria invertido a ordem de importância dos cargos, reduzindo o prestígio da pasta.

Josué Gomes, da Coteminas, e que também comanda a Fiesp, e Pedro Wongtschowski, do grupo Ultra, foram convidados por Lula, mas recusaram.

Joana Cunha/Folhapress



COP15 define metas para a biodiversidade e restauração de ecossistemas



Ao final da 15ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (COP15), encerrada na madrugada do dia 19, os países signatários acordaram 23 metas globais para 2030 para enfrentar a perda da biodiversidade e restaurar os ecossistemas.

As ações integram o Marco Global da Biodiversidade (GBF, na sigla em inglês) e abrangem medidas relativas à conservação, restauração, poluição, agricultura, setor produtivo privado, direitos de populações indígenas e povos tradicionais.

A partir do acordo, o Brasil terá o desafio de internalizar as metas globais em um plano nacional para diminuir

a perda da biodiversidade e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais

Assim como a COP do Clima, realizada em novembro no Egito, a COP da Biodiversidade terminou com um acordo pouco ambicioso, na visão de especialistas.

Contudo, são metas que apresentam avanços em relação à conservação da biodiversidade e consideram outros desafios globais e as realidades de cada país, analisa o gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo.

“O acordo final teve avanços aquém do esperado, mas são avanços. Para o

Brasil, o importante agora é se debruçar sobre as metas e traçar o seu plano nacional, incorporando esses objetivos à legislação existente e adaptando os projetos que estão em andamento no Congresso Nacional”, destaca.

“O setor industrial está engajado e quer auxiliar o país nessa internalização. A CNI faz parte de dois colegiados importantes, a Conabio e o CGen, os quais têm competência relacionada aos pilares da Convenção sobre Diversidade Biológica. Vamos atuar construindo juntos o plano nacional que reflete o marco global e que contribua para que o país avance rumo ao desenvolvimento sustentável e à liderança mundial em economia verde”, completa. CNI

Finanças

Dólar tem quarta queda seguida e fecha semana em baixa de 2,42% ante o real



O dólar à vista encerrou o pregão desta sexta-feira, 23, na quarta baixa consecutiva, cotado a R\$ 5,1662, em queda de 0,38%. Com o resultado, a divisa americana acumula recuo de 2,42% em relação ao real na semana e, no ano, cai 7,35%. A disparada dos preços de commodities e a redução da incerteza fiscal do País apoiaram a moeda brasileira ao longo da sessão, em meio à baixa liquidez na antevéspera do Natal.

A divisa operou em queda durante todo o pregão. No meio do dia, chegou a testar a mínima de R\$ 5,1199 (-1,27%), mas diminuiu as perdas em relação ao real ao longo da tarde. O movimento acompanhou o enfraque-

cimento global do dólar, em especial na comparação com moedas como o dólar australiano, peso do México e rand sul-africano, que ganharam terreno ante a moeda americana durante o pregão.

O quadro responde ao aumento dos preços de commodities registrado ao longo do dia e, sobretudo, à disparada do petróleo. O contrato futuro do Brent fechou o dia em alta de 3,69%, cotado a US\$ 83,97 o barril, enquanto o WTI marcou ganhos superiores a 2,5% durante a sessão, após a Rússia anunciar um corte de até 7% da sua oferta da commodity em 2023.

Para o chefe de câmbio da Trace Finance, Evandro Cacicano, a redução das incertezas do cenário doméstico ain-

da é a principal responsável pelo fortalecimento do real. O profissional destaca que a resolução dos principais imbróglios fiscais para 2023 esta semana – com a promulgação da PEC da transição e a votação do Orçamento – permitiu o desmonte de posições defensivas no câmbio.

“Desde ontem, a apresentação do time de ministros e a definição da PEC da transição desenharam um movimento de calma nos mercados. Quando você olha o movimento, está acontecendo um desmonte de posições de hedge no dólar”, diz Cacicano. “O valor interno continua se sobrepondo ao externo, na mesma toada do Ibovespa, que também foi super bem.”

IstoéDinheiro

BC oferta na na segunda-feira até R\$ 4 bi em operações compromissadas de 3 meses

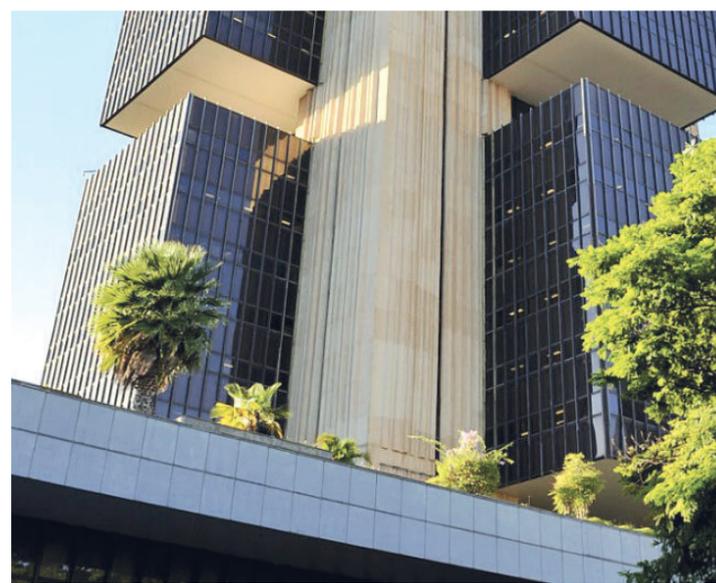
O Banco Central anunciou a oferta de até R\$ 4 bilhões em títulos públicos em operação compromissada na segunda-feira, 26. A oferta, com recompra em três meses, será realizada das 12h00 às 12h30. Cada instituição financeira poderá adquirir até 100% do valor de cada proposta aceita de um mesmo título ou vencimento.

A operação envolverá Letras do Tesouro Nacional (LTN): vencimentos em 1º/7/2023, 1º/10/2023, 1º/1/2024, 1º/4/2024, 1º/7/2024, 1º/10/2024, 1º/1/2025, 1º/7/2025 e 1º/1/2026; Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B): vencimentos em 15/5/2023, 15/8/2024, 15/5/2025, 15/8/2026, 15/5/2027,

15/8/2028, 15/8/2030, 15/8/2032, 15/5/2035, 15/8/2040, 15/5/2045, 15/8/2050, 15/5/2055 e 15/8/2060; Notas do Tesouro Nacional, Série F (NTN-F): vencimentos em 1º/1/2025, 1º/1/2027, 1º/1/2029, 1º/1/2031 e 1º/1/2033; e Letras Financeiras do Tesouro (LFT): vencimentos em 1º/9/2023, 1º/9/2024, 1º/3/2025, 1º/9/2025, 1º/3/2026, 1º/9/2026, 1º/3/2027, 1º/9/2027, 1º/3/2028, 1º/9/2028 e 1º/3/2029.

O preço de venda será informado às 11h30 e o resultado da transação será divulgado a partir das 12h30. A data da liquidação da venda será em 27 de dezembro e a liquidação da revenda será em 28 de março de 2023.

IstoéDinheiro



Juros: Taxas recuam com alívio no risco fiscal, IPCA-15 e queda do dólar



Os juros futuros estenderam pela quinta sessão seguida o movimento de baixa que vem ditando a dinâmica da curva desde o início da semana. O alívio começou com a perspectiva de desidratação da PEC da Transição, aprovada na quarta-feira, e culminou hoje com o IPCA-15 de dezembro abaixo da mediana das estimativas e fraqueza generalizada do dólar. As taxas locais estiveram na contramão dos juros globais, que subiram após avaliação dos dados de gastos com consumo e renda pessoal nos Estados Unidos.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou

em 13,46%, de 13,66% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,99% para 12,78%. O DI para janeiro de 2027 também terminou com taxa em 12,78%, de 12,96%. Desde a última sexta-feira, estes vencimentos devolveram 47, 99 e 84 pontos-base, respectivamente.

O operador de renda fixa da Nova Futura Investimentos, André Alírio, classifica a trajetória desta sexta-feira como uma continuidade do que tem sido visto nos últimos dias, com o fôlego renovado pelo IPCA-15 de dezembro. “Ajudou bastante”, disse. A taxa de 0,52% ficou abaixo da mediana das estimativas, de 0,55%, e também ligeiramente aquém do dado

de novembro (0,53%), sendo o menor para o mês desde 2018 (-0,16%). Fechou 2022 em 5,90%, com desaceleração ante 6,17% no acumulado em 12 meses até novembro. Núcleos e preços de serviços, aos quais a política monetária tem um foco especial, também tiveram leitura positiva.

No exterior, enquanto o dólar perdeu força ante as demais moedas, os juros dos Treasuries avançaram, com o mercado digerindo o índice de preços de gastos com consumo (PCE, em inglês), de grande peso nas decisões do Federal Reserve. O índice cheio subiu 0,1% em novembro ante outubro, e o núcleo 0,2%, em linha com o esperado.

IstoéDinheiro



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes. As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal> A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Focus Holding Financeira S.A.

CNPJ/ME nº 35.515.066/0001-07 – NIRE 35.300.592.379

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022. Data, Hora e Local: aos 29/09/2022, às 14 horas, na sede social da "Companhia".

Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz – Presidente; Sr. Marcia Pacianotto Ribeiro – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** O acionista da Companhia aprovou: **1.** aumentar o capital social da Companhia, com base no artigo 166, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, em R\$7.000.000,00 mediante a emissão de 7.000.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para subscrição privada, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, fixado com base no artigo 170, § 1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, sendo alocado à conta do capital social da Companhia. As ações ordinárias ora emitidas serão integralizadas em dinheiro, nos termos do boletim de subscrição autenticado pela mesa, que passa a fazer parte integrante desta ata como **Anexo I.** Dessa forma, o capital social da Companhia passará de R\$65.020.000,00 dividido em 65.020.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal para R\$72.020.000,00 dividido em 72.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como consequência do aumento do capital social da Companhia deliberado acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$72.020.000,00, dividido em 72.020.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." **2.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme o **Anexo II;** **6.3.** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Mesa: Sr. Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz (Presidente) e Sr. Marcia Pacianotto Ribeiro (Secretária). Acionista: FCBPC Holding S.A. São Paulo, 29/09/2022.

Anexo II: Estatuto Social: Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: **Artigo 1º.** A Focus Holding Financeira S.A. é uma sociedade por ações fechada, devidamente constituída e organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, regida pelo presente estatuto social e demais dispositivos da legislação brasileira aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado do São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, conj. 91, sala 02, Cidade Jardim, CEP 05676-120. **§ Único.** A Diretoria poderá mudar a sede social, manter e extinguir filiais, escritórios e quaisquer outras dependências, onde convier aos interesses sociais, no Brasil ou no exterior, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital social de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social: Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$72.020.000,00, dividido em 72.020.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Artigo 7º.** É vedada a quaisquer dos acionistas ou membros dos órgãos da Companhia a utilização de informação privilegiada, ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento sob confidencialidade, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, em nome próprio ou de terceiros.

Artigo 8º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias de que tratam os artigos 46 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 9º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. **Capítulo III – Órgãos Sociais: Artigo 10.** São órgãos da Companhia: (a) a Assembleia Geral (b) a Diretoria; e (c) o Conselho Fiscal. **Capítulo IV – Assembleia Geral: Artigo 11º.** A assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") é um órgão da Companhia com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar providências que julgar convenientes à defesa dos interesses sociais e ao desenvolvimento da Companhia. **§ Único.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, ou quando as disposições do presente estatuto social, da legislação aplicável ou de acordo de acionistas da Companhia exigirem deliberação dos acionistas. **Artigo 12º.** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procuradores munidos de mandato com poderes específicos, observadas as disposições legais pertinentes. **Artigo 13º.** As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, por dois Diretores ou por acionistas, na forma prevista na Lei, e instalar-se-ão, ressalvadas as exceções previstas em Lei, em primeira convocação, com a presença de acionistas repre-

sentando no mínimo 25% do capital social com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas com direito a voto. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos acionistas presentes em Assembleia Geral. **§ Único.** Caberá ao presidente da assembleia a escolha do secretário para os trabalhos da mesa. **Artigo 14.** Compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de todos os negócios e assuntos sociais, previstos em Lei, cabendo-lhe especialmente: (i) examinar, aprovar ou rejeitar o relatório e as contas apresentadas pelos diretores; (ii) reformar total ou parcialmente este estatuto social; (iii) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria e ainda fixar a remuneração dos membros da Diretoria; (iv) criar o Conselho de Administração, eleger seus membros e deliberar a respeito de qualquer matéria levada à sua apreciação. (v) análise das contas dos administradores; análise, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos da administração; (vi) emissão de debêntures, exceto conforme previsto neste Estatuto quanto às competências atribuídas ao Conselho de Administração; (vii) suspensão do exercício de qualquer direito previsto no presente Estatuto Social; (viii) avaliação e conferência de bens para integralização, pelos acionistas, do capital social da Companhia; (ix) transformação, fusão, cisão ou incorporação da Companhia; sua dissolução e liquidação, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes e aprovação de suas contas; (x) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras operações que derem origem à mudança de seu controle; (xi) solicitação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia pelos Diretores; (xii) redução do dividendo obrigatório, ou distribuição de dividendos em valor diferente do previsto no Estatuto Social; (xiii) participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social; (xiv) aprovar a criação de qualquer plano de participação nos lucros e resultados da Companhia a ser outorgado para colaboradores (xv) aprovar a alteração das práticas e políticas contábeis da Companhia; (xvi) escolher, substituir e destituir os auditores independentes da Companhia; (xvii) contratar qualquer captação no mercado financeiro e/ou de capitais, inclusive por meio de empréstimos, financiamentos e/ou venda de recebíveis (xviii) outorgar garantias para pessoas que não as controladas da Companhia, (xix) aprovar a emissão, por si ou controladas, de qualquer tipo de debêntures. **Capítulo V – Administração: Artigo 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo 2 e, no máximo, 6 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País e eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, mediante a aprovação de acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social. **Artigo 16.** A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, podendo e devendo praticar atos necessários a tal fim. **Artigo 17.** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo no Livro de Atas de Reunião de Diretoria. **Artigo 18.** Os Diretores não prestarão caução. **Artigo 19.** O prazo de mandato da Diretoria é de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos, mesmo após findo o mandato, até investidura dos Diretores que os sucederão. **Artigo 20.** Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente. **Artigo 21.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, por convocação de qualquer de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. **Artigo 22.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, cujos poderes serão estabelecidos no instrumento de mandato, que será firmado por dois Diretores. **§ Único.** Os procuradores "ad-negotia" serão constituídos por prazo não superior a 1 ano, que figurará no instrumento do mandato, ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad iudicia et extra, inclusive para procedimentos arbitrais. **Artigo 23.** A Companhia obrigarse-á pela assinatura: (i) de 2 Diretores, em conjunto; (ii) de 1 procurador, com poderes para a prática do ato, em conjunto com um Diretor; **§ Único.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos quando se tratar da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Receita Federal do Brasil, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza. **Artigo 24.** Para a consecução dos objetivos sociais fica a Diretoria investida de plenos poderes, inclusive para contrair obrigações, alienar ativos, transigir, ceder e renunciar direitos, ressalvados os itens que demandem aprovação dos acionistas em Assembleia, cabendo-lhe, além das atribuições legais: (i) organizar o regulamento interno da Companhia; (ii) deliberar sobre a abertura, transferência e extinção de dependências; (iii) aprovar os limites operacionais e de crédito e definir o regime de alçadas; (iv) tomar conhecimento dos balancetes mensais; e (v) levantar os balanços semestrais e elaborar o relatório anual, publicando-se sob sua assinatura. **Artigo 25.** Compete ao Diretor Presidente: (i) convocar e presidir as Assembleias Gerais; (ii) cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria; (iii) a supervisão geral da gestão e planejamento dos negócios da Companhia; (iv) a designação, a coordenação e a orientação das atividades dos demais Diretores em suas respectivas áreas de compe-

tência. **Artigo 26.** Compete aos Diretores sem designação específica exercer as atribuições e poderes específicos que lhes forem determinados pelo Diretor Presidente ou definidos em Assembleia Geral, podendo praticar, em conjunto de no mínimo 02 Diretores, os atos de competência do Diretor Presidente. **Artigo 27.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião. **Capítulo VI – Conselho Fiscal: Artigo 28.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandato de um ano e destituíveis pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O órgão terá seu funcionamento não permanente, somente nos exercícios sociais em que for instalado por decisão da Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor. **§ 2º.** Cada período de funcionamento terminará quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente a da instalação do Conselho Fiscal. **Artigo 29.** A Assembleia Geral que decidir pela instalação e funcionamento do Conselho Fiscal elegerá os seus membros e fixar-lhes-á remuneração. **Artigo 30.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições e os poderes que lhe confere a lei. **Capítulo VII – Exercício Social e Resultados: Artigo 31.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro e encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 32.** Serão levantados balanços patrimoniais a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, de conformidade com as normas legislativas e regulamentares pertinentes. A critério da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês. **Artigo 33.** Do resultado social apurado no balanço patrimonial serão deduzidos sucessivamente nessa ordem: (i) os prejuízos acumulados, se houver; (ii) a provisão para pagamento do imposto de renda; (iii) 5% para constituição de reserva legal, até que tal reserva alcance 20% do capital social; e (iv) o saldo será destinado observando-se as disposições legais atinentes à matéria. **Artigo 34.** O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração o julgar incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo, podendo ainda os referidos dividendos, a vista de decisão unânime dos acionistas, serem retidos a conta dos lucros acumulados. **Artigo 35.** A Assembleia Geral, por proposta da administração, poderá destinar parte do lucro líquido para formação de reserva de contingência, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda provável, cujo valor possa ser estimado. **§ Único.** A proposta da administração deverá indicar a causa da perda prevista, e justificar as razões de prudência que recomendam a constituição da reserva. **Artigo 36.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 37.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, podendo ainda ser pagos ou creditados juros sobre o capital próprio de conformidade com a legislação em vigor e dentro dos limites legais e "ad-referendum" da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar as contas daquele exercício social. **§ Único.** Os juros sobre o capital próprio poderão ser pagos inclusive com base nos balanços e/ou balancetes levantados para essa finalidade em qualquer dos meses no curso do exercício social. **Capítulo VIII – Liquidação e Dissolução: Artigo 38.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante, bem como instalará o Conselho Fiscal para o período de liquidação, elegendo seus membros e lhes fixando suas respectivas remunerações. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 39.** É vedado à Companhia atuar em negócios estranhos aos interesses sociais. **Capítulo X – Lei Aplicável e Jurisdição: Artigo 40.** Este estatuto social será regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 41.** Os acionistas e, quando aplicável, a Companhia, evitarão seus melhores esforços para resolver amigavelmente quaisquer disputas, diferenças ou reclamações relacionadas a este Estatuto. Toda e qualquer reclamação feita por um acionista da Companhia, deverá ser submetida por escrito aos demais acionistas. Se os acionistas não chegarem a um acordo dentro de 15 dias contados a partir do recebimento por escrito da notificação enviada, a questão será tratada e decidida de acordo com as disposições do artigo 39 abaixo. **Artigo 42.** Exceto pelas obrigações pecuniárias que envolvem a execução judicial e independentemente do decurso do período acima de 30 dias, todas e quaisquer dúvidas, questões, disputas, controvérsias e reclamações decorrentes, relacionadas ou conexas a este estatuto social, incluindo qualquer questão sobre sua existência, validade, interpretação, exequibilidade, será submetida ao Foro da Comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 694.143/22-4 em 20/12/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF Nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários Convocados os Titulares dos CRI da 7ª série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A Nos termos da clausula 10, do respectivo Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de CRI da 7ª série, a reunirem-se em 1º Convocação, para AGT do CRI, de modo digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico, sendo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por email aos que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br e/ou fiduciario@commcor.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções abaixo e também disponíveis no site: <https://www.commcor.com.br> a realizar-se em 16/01/23, R. José Versolato, 111, centro, São Bernardo do Campo/SP, SL 2126, 10hs, para deliberar sobre a aprovação ou não de itens complementares à AGE de Titulares dos CRI da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. em 30/09/22, com as seguintes ordens do dia: (i) **Autorização de novo CRI:** em relação ao item 5.(iv) da AGE de Titulares dos CRI da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. em 30/09/22, deliberar sobre a autorização às Cedentes CAPP4 e C&M e aos Fiaidores para que tomem nova dívida no mercado no valor de até R\$ 9.000.000,00, ao invés de R\$ 3.000.000,00, como constou, mantidas as demais condições; (ii) **Antecipação de Recursos para término de obras:** deliberar, em atenção ao pedido realizado pelas Cedentes CAPP4 e C&M, a antecipação de recursos visando realizar pagamentos de fornecedores das obras dos empreendimentos Residencial Quartier Maricá Parc e Residencial Quartier Taboraf Club I e II; (iii) **novo cronograma de obras:** em relação ao item 5.(ii). (e) da AGE de Titulares dos CRI da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. em 30/09/22, autorizar a substituição do cronograma de obras dos Empreendimentos, mantidas as demais condições; (iv) **Autorizações pertinentes:** autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. A Securitizadora deixa registrado que o quórum de instalação e o quórum de deliberação da assembleia em 1ª convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 50% dos CRI em Circulação, em 2ª convocação, com qualquer número conforme redação da clausula 10.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade, inclusive, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Em relação à data de realização da assembleia, os titulares devem apresentar-se com 30 minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. SP, 22,23 e 24/12/22. (23, 24 e 27/12/22)

Números do mercado financeiro

23,071 bilhões
Majores altas: B3 ON 3,19%

DÓLAR compra/venda

IPC (México): 1,01%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE

Câmbio livre BC - R\$ 5,1439 / R\$ 5,1445 **

Majores baixas: IRB Brasil ON (-10,78%), Metalúrgica Gerdau PN (-5,45%), Gerdau PN (-3,88%)

Câmbio livre mercado - R\$ 5,1640 / R\$ 5,1660 *

S&P 500 (Nova York): 0,59%

Turismo - R\$ 5,2800 / R\$ 5,3720

Dow Jones (Nova York): 0,53%

(*) cotação média do mercado

Nasdaq (Nova York): 0,21%

(**) cotação do Banco Central

CAC 40 (Paris): -0,20%

Variação do câmbio livre mercado

Dax 30 (Frankfurt): 0,19%

no dia: -0,36%

Financial 100 (Londres): 0,05%

OURO BM&F R\$ 295,990

Nikkei 225 (Tóquio): -1,03%

BOLSAS

B3 (Ibovespa) Variação: 2,00%

Shanghai Composite (Xangai): -0,28%

Pontos: 109.698

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,20%

Volume financeiro: R\$

Merval (Buenos Aires): Novembro 2022: 0,38%

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4886
Dólar (EUA) - 5,1445
Franco (Suíça) - 5,5122
Iene (Japão) - 0,03873
Libra (Inglaterra) - 6,2043
Peso (Argentina) - 0,02942

Peso (Chile) - 0,005840
Peso (México) - 0,2649
Peso (Uruguai) - 0,1333
Yuan (China) - 0,7362
Rublo (Rússia) - 0,07518
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4609

Negócios

Siguler Guff investe R\$ 150 mi na Verzani & Sandrini



A Siguler Guff — a gestora de private equity americana — está investindo R\$ 150 milhões na Verzani & Sandrini, o segundo maior player do Brasil em serviços terceirizados de limpeza, segurança e manutenção, através apenas da GPS.

A rodada é a terceira na história da Verzani & Sandrini, fundada em 1967 na região do ABC Paulista pelas duas famílias que lhe emprestaram o nome.

Depois de passar décadas crescendo organicamente, a companhia levantou capital com a NEO Investimentos em 2017 para começar a fazer aquisições. Em 2020, a Kinea Investimentos também entrou no cap table, dando mais gás à estratégia.

Desde então, a Verzani &

Sandrini fez 12 aquisições, entrando em novas geografias e adicionando R\$ 1,3 bilhão de receita. Hoje, a empresa atende 1,3 mil empresas com 63 mil funcionários espalhados pelo Brasil.

A rodada de hoje — 100% primária — vai permitir à empresa dobrar a aposta nessa estratégia agressiva de M&As.

O CEO Fabio Sandrini disse ao Brazil Journal que a companhia tem um pipeline robusto de alvos potenciais e planeja fazer “pelo menos” mais quatro aquisições no ano que vem.

A companhia está fechando o ano com receita de R\$ 3,3 bilhões, um crescimento de 24%, e EBITDA de R\$ 220 milhões. A meta é elevar a receita para R\$ 4 bilhões e o EBITDA para R\$ 300 milhões no ano que vem.

A Verzani & Sandrini está tentando consolidar um mercado extremamente fragmentado: existem mais de 100 mil empresas de terceirização no Brasil, e as duas maiores respondem por menos de 8% do mercado (a GPS tem um share de 5% e a Verzani & Sandrini, de 2,5%).

“É um espaço muito grande para a consolidação,” disse Cesar Collier, o managing director da Siguler Guff no Brasil. “Nos Estados Unidos, as duas maiores empresas desse setor já tem uns 40% do mercado.”

Segundo ele, outro ponto que atraiu a gestora foi a resiliência do setor de serviços terceirizados, que vem crescendo a taxas de dois dígitos há anos, bem como o desempenho acima da média da empresa.

Brazil Journal

Fim da disputa entre Unilever e Ben & Jerry's sobre vendas em assentamentos israelenses

Gigante no setor agroalimentar e em produtos higiênicos, a Unilever anunciou que resolveu a disputa com sua afiliada Ben & Jerry's sobre a venda de sorvetes nos assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos.

“A disputa com o conselho de administração independente da Ben & Jerry's foi resolvido”, disse em comunicado divulgado na tarde de quinta-feira, 15, sem mais detalhes.

Contatada pela AFP para mais informações, uma porta-voz da Unilever especificou nesta sexta-feira, 16, que “as modalidades do acordo são confidenciais”.

Em julho de 2021, o grupo americano de sorvetes anunciou que a venda dos produtos nas colônias israelenses da Cisjordânia e Jerusalém

Oriental não eram “compatíveis” com seus “valores”.

A decisão foi comemorada pelos palestinos e considerada uma vitória da campanha internacional de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) ao Estado israelense.

Apesar disso, o titular da licença da marca no país, Avi Zinger, continuou com a produção do sorvete na fábrica de Tel Aviv. Em direção contrária ao projeto da empresa, continuou com a distribuição nas colônias de Israel, onde vivem 700 mil pessoas na Cisjordânia ocupada e Jerusalém Oriental.

A Ben & Jerry's tomou a atitude incomum de processar sua controladora, Unilever, para bloquear a cessão de interesses comerciais. No entanto, um juiz de Nova York rejeitou o processo no ano passado.

AFP



Veja como roupas virtuais podem ajudar a resolver o problema do desperdício da moda



A natureza efêmera da moda pode parecer um estranho companheiro para o blockchain. Mas a indústria está encontrando maneiras de aproveitar isso e outras ferramentas digitais para reduzir o desperdício e impulsionar a moda para o futuro.

A empresa italiana Lablaco está trabalhando com casas de moda e marcas para digitalizar suas coleções no crescente mercado de moda “phygital” — quando os clientes compram um item de moda físico e seu “gêmeo” digital, projetado para ser coletado ou usado por avatares em ambientes virtuais como o metaverso.

Lablaco foi fundada em 2016 por Lorenzo Albrighi e Eliana Kuo. Ambos tinham experiência em moda de

luxo, mas buscavam melhorar as credenciais de sustentabilidade do setor e promover a moda circular — a prática de projetar e produzir roupas para reduzir o desperdício.

A dupla lançou o Circular Fashion Summit em 2019 e a Lablaco trabalhou com a varejista H&M para introduzir um serviço de aluguel de roupas baseado em blockchain em 2021.

Empurrar a moda para os espaços digitais ajuda a gerar dados que são vitais nos esforços para avançar em direção à moda circular, argumentam eles.

Com o modelo da Lablaco, os itens físicos e digitais permanecem emparelhados mesmo após a venda, portanto, se um item físico for vendido, o equivalente digital é transferido para a carteira

digital do novo proprietário.

A transparência da tecnologia blockchain significa que o novo proprietário pode ter certeza de sua autenticidade e o criador do item pode acompanhar sua jornada pós-venda.

Corte de resíduos A indústria têxtil e da moda gera cerca de 92 milhões de toneladas de resíduos anualmente, e a moda digital pode ter um papel importante na redução desse número.

Kuo diz que os espaços digitais podem ser usados como um teste para o mundo físico. Por exemplo, um designer poderia lançar um item de vestuário digital em 10 cores no metaverso e usar os dados de vendas para informar quais cores usar para a versão do mundo real.

CNN